

Doutrina

[LIBERDADE DA EMPRESA, AUTONOMIA PRIVADA E TUTELA DO CONSUMIDOR NO DIREITO EUROPEU](#)

Salvatore Mazzamuto

[DO CONSUMISMO À SUSTENTABILIDADE: os impactos do consumo sustentável sobre o direito do consumidor](#)

Alfredo Rangel Ribeiro

[CONSUMO CONSCIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA](#)

Antônio Carlos Efiging e Adrielly Pinho dos Santos

[DIREITO DO CONSUMIDOR NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO](#)

Sérgio Emílio Schlang Alves

[FERTILIZAÇÃO *IN VITRO* E O DIREITO AO PLANEJAMENTO FAMILIAR: a ilegalidade do enunciado 20 da I Jornada de Direito da Saúde do Conselho Nacional de Justiça e a teoria da captura aplicada à ANS](#)

Igor de Lucena Mascarenhas e Ana Paula Correia de Albuquerque da Costa

[A LEI DOS PLANOS DE SAÚDE: aspectos históricos e jurídicos](#)

Maria Stella Gregori

[A HIPERVULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR IDOSO E SUA TENDÊNCIA AO SUPERENDIVIDAMENTO NO CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE DO HIPERCONSUMO](#)

Mariana Carvalho Victor Coelho e Patryck de Araujo Ayala

[ONEROSIDADE DO ACESSO ÀS REDES SOCIAIS](#)

Carlos Nelson de Paula Konder e Amanda Guimarães Cordeiro de Souza

O ABUSO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL PELA VARIÁVEL PREÇO E A POSSÍVEL APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Paulo Roberto Roque Antonio Khouri e André Santos Ferraz

DIÁLOGO DAS FONTES: a gestão democrática nas escolas como instrumento de efetivação do direito da criança à educação para o consumo

Dennis Verbicaro e Camille da Silva Azevedo Ataíde

EMISSIONES DE POLUENTES EM VEÍCULOS E EMPRESAS TRANSNACIONAIS: a tutela ambiental na sociedade de consumo e os desafios no cenário internacional

Cláudio José Franzolin e Luciane Klein Vieira

LEI MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR E O ACORDO DO MERCOSUL SOBRE DIREITO APLICÁVEL EM MATÉRIA DE CONTRATOS INTERNACIONAIS DE CONSUMO DE 2017

Claudia Lima Marques

A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DOS CONSUMIDORES E A LEI 13.709/2018: em busca da efetividade dos direitos a privacidade, intimidade e autodeterminação

Joseane Suzart Lopes da Silva

A VULNERABILIDADE AGRAVADA DO CONSUMIDOR NAS SITUAÇÕES RELACIONADAS À MATERNIDADE

José Tadeu Xavier e Patrícia Riemenschneider

VEDAÇÃO À DISCRIMINAÇÃO DE PREÇOS SEM JUSTA CAUSA: uma interpretação constitucional e útil do Art. 39, X, do CDC

Daniel Dias, Rafaela Nogueira e Carina de Castro Quirino

Jurisprudência

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

ApCiv 70078573896 Dilso Domingos Pereira 29/08/2018

DANO MORAL – Indenização – Responsabilidade civil – Consumidora de idade avançada que é induzida a erro ao comprar aparelho de massagem com propriedades “milagrosas” –

Prática comercial abusiva que supera os limites do mero dissabor e gera o dever de indenizar – Verba devida.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

ApCiv 70078646205 Guinther Spode 26/09/2018

INDENIZAÇÃO – Danos material e moral – Transporte aéreo – Aquisição de bilhetes de ida e volta pelo passageiro que é surpreendido com o cancelamento do trecho de volta – Conduta abusiva da empresa prestadora de serviço que impõe ao consumidor desvantagem exagerada – Violação do dever de informação que gera o dever de indenizar – Verbas devidas.

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.584.465 Nancy Andrighi 13/11/2018

DANO MORAL – Indenização – Atraso em voo internacional e extravio de bagagem – Falha na prestação de serviços aéreos – Prejuízo que não se presume, inexistindo fato extraordinário que tenha ofendido o âmago da personalidade – Verba indevida.

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.540.580 Lázaro Guimarães 02/08/2018

DANO MORAL – Indenização – Erro médico – Responsabilidade civil subjetiva – Paciente que foi submetido à cirurgia em que foi realizado procedimento diverso da proposta pelo cirurgião responsável, com falta de informação adequada – Prestação de serviços especial, cujo objeto engloba deveres além da intervenção técnica, exigindo consentimento específico – Privação sofrida pelo paciente em sua autodeterminação, por lhe ter sido retirada a oportunidade de ponderar os riscos e vantagens do tratamento que, ao final, lhe causou danos – Verba devida.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

ApCiv 0027164-09.2017.8.19.0205 Alcides da Fonseca Neto 01/01/2018

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZATÓRIA. CADANO MORAL – Indenização – Cliente que, ao utilizar seu cartão de crédito em estabelecimento comercial teve sua transação recusada por falta de limite – Instituição bancária que não informou a cliente que o tipo de sua conta corrente não permite qualquer modalidade de crédito – Induzimento do consumidor a erro, tendo em vista que o cartão oferecido possuía a função crédito – Falha nos deveres de informação, da transparência e da boa-fé contratual que se evidencia – Constrangimento sofrido no momento da compra que fere os direitos à honra e à imagem – Verba devida.
